

DN

Imigrantes por doença.

Os doentes dos PALOP têm tratamento hospitalar gratuito em Portugal. Já o alojamento e a alimentação devem ser assegurados pelo país de origem. Mas as embaixadas dizem que não têm dinheiro. Os doentes vivem em pensões sem o mínimo de condições ou andam de centro de acolhimento em centro de acolhimento. E comem o que lhes dão. A doença é também um pretexto para imigrar. Uma vez tratados, recusam-se a regressar. Sem visto, acabam por ficar na ilegalidade. Andam de esmola em esmola, como a família que deixaram. O DN conta-lhe a história de Sónia, que chegou há três meses



DOENTES E COM

CÉU NEVES
Texto
GONÇALO
BORGES DIAS
Fotos



Sónia chegou há três meses. Ainda não sabe bem o mal que tem

É Inverno na Europa, mas Sónia Dias está de havaianas. É o que calça na sua ilha, S. Vicente, em Cabo Verde, e é o que tem para vir para Portugal para ser tratada. Chega a Lisboa com o dia 3 de Dezembro a nascer, mas o transporte da embaixada atrasa-se e só às 14 horas entra na pensão. Uma hora depois, alguém se lembra de que deve ter fome e oferece-lhe leite numa embalagem de iogurte. Mais alguém vai buscar bolachas. Tentam consolá-la, enquanto não ocupa a cama de um quarto que terá de partilhar com outra doente. Uma divisão sem luz do dia e sem casa de banho. Dizem-lhe que há baratas e ratos.

Tem 31 anos, olhos castanhos, tristes, num rosto magro. Não sabe qual é a sua doença, disseram-lhe que é “uma massa no intestino”, suspeita-se de que seja tumor. E só lhe aumentam a tristeza as queixas dos outros doentes que vivem na mesma casa, Pensão 25 de Abril, na R. de São Paulo, ao Cais do Sodré. É ocupada por doentes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) que vêm tratar-se a Portugal através de um protocolo do Governo de Lisboa com os governos de origem. Nesta pensão vivem sobretudo cabo-verdianos e santomenses.

Sónia deixou três filhos, de 12, 10 e 8 anos, com uma vizinha em S. Vicente. O marido há muito que se mudou para o Sal, ilha cabo-verdiana onde há mais trabalho, mas não com a regularidade que gostaria. “A vida está difícil”, está sempre a repetir a mulher. Foi um irmão que se responsabilizou pela sua vinda para Portugal, mas ele vive no Porto. Ela nunca tinha saído de Cabo Verde, como os outros cinco irmãos.

Os residentes da pensão envolvem-na. Maria do Rosário, 38 anos, também cabo-verdiana mas de Santo Antão, está em Portugal pela segunda vez, devido a uma deformação da coluna. “Tenho um ombro mais alto do que o outro.” Acha graça a ter três filhos como Sónia, mas três é a média mínima de filhos que têm os habitantes da pensão. A maioria deles, menores, ficaram no país de origem. Rosário entregou os filhos à sua mãe. É solteira, arranjou trabalho nas limpezas e quer ficar em Portugal.

José Andrade, 46 anos, de Cabo Verde, deixou seis filhos. Faz hemodiálise e espera um transplante de rim. Trabalhava na construção civil e veio há sete meses para Portugal. E por cá gostava de ficar depois de ser tratado.

Sónia tem a 4.ª classe e nunca teve emprego. “Trabalho quando aparece”, explica. Também não tem economias, um problema que os outros conhecem bem. E lamentam que a Embaixada de Cabo Verde só lhes dê 67 euros por mês, descontando o passe social e as despesas com os medicamentos. São praticamente dois euros por dia. Que não vêm a horas certas. Os doentes da Guiné-Bissau e de S. Tomé e Príncipe dizem que nem esse pouco recebem.

O governo cabo-verdiano pagou a viagem de avião e entregou 185 euros a Sónia para os primeiros dias. Foi com eles que ela sobreviveu até receber novo subsídio, dia 28 de Dezembro. Mas ainda teve de comprar sapatos e agasalhos. Recebeu mais 129 euros e enviou 50 para os filhos “Eles têm falta, precisam de roupa... de comer e eu dividi com eles”, explica. Não imaginava que estaria dois meses sem receber. Valeu-lhe os sacos de comida do Centro Padre Alves Correia. Massa, arroz, açúcar, café, pão e outros alimentos, que os doentes que vivem na baixa de Lisboa ali vão buscar de 15 em 15 dias.

“As coisas vão melhorar”, promete Eduardo Jorge Silva, o conselheiro social da Embaixada de Cabo Verde. E justifica: “Apoiamos 300 doentes e já fizemos um protocolo com a segurança social do nosso país para ajudar os funcionários públicos, que são cerca de metade. Estamos a tentar a mesma solução para os carenciados.” Admite os atrasos nos pagamentos, acrescentando que iam pagar no dia seguinte ao contacto com o DN, quinta-feira. Sónia recebeu mais 71 euros e vai ter que comprar o passe. Não, desta vez não enviou dinheiro para os filhos. “Está difícil”, justifica.

Sónia sentiu “uma dorzinha por detrás do útero há cerca de ano e meio”. Os médicos da sua ilha detectaram-lhe “uma tumoração”. Esperou um ano entre a primeira consulta e a vinda para Portugal. Chegou terça-feira e na quarta foi vista por um ginecologista do Hospital de Santa Maria. Estava muito ansiosa sobre a sua doença, mas disseram-lhe que tinha de esperar pelas análises e

Recebeu 129 euros e mandou 50 para Cabo Verde, para os filhos